

Briefing

A Caminho de Bali

Brasília, 21 de Novembro 2007

O Protocolo de Kyoto e o Mandato de Bali:

O que o mundo precisa fazer para combater as mudanças climáticas

As mudanças climáticas são, sem dúvida, a maior ameaça sócio-ambiental que o planeta enfrenta hoje. De acordo com uma série de relatórios lançados ao longo de 2007 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), os impactos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos, particularmente nos países mais pobres do mundo – os quais têm menos capacidade de se adaptar e menos responsabilidade histórica como causador das mudanças climáticas.

Os relatórios do IPCC também dizem que nossos “esforços de mitigação nas próximas duas ou três décadas terão um grande impacto em busca da estabilização em níveis mais baixos”. Em outras palavras, nós precisamos agir agora. O tempo não está do nosso lado. Se nós quisermos que a temperatura suba menos de 2°C, as emissões globais precisam atingir seu pico em 2015 e então serem reduzidas em pelo menos 50% até 2050 (em relação aos níveis de 1990). Isso significa que os países industrializados devem cortar suas emissões em pelo menos 30% até 2020 e em pelo menos 80% até 2050.

A sociedade em geral, governos, corporações e população devem deixar a retórica de lado e partir para ações concretas agora. O mundo já acordou para o problema, já foi provado que a ação humana é a responsável pelo aquecimento global. Só nos resta adotar medidas efetivas para reverter esse quadro sinistro. Ações imediatas são necessárias para impedir que a temperatura média global suba mais de 2°C, em comparação com os níveis pré-industriais, para evitar os impactos mais catastróficos das mudanças climáticas.

Independente de quem sejam os responsáveis pelo atual quadro de emissões de gases estufa, tanto os países ricos quanto os em desenvolvimento devem assumir metas de redução de emissões.

Manter o aumento da temperatura global abaixo dos 2°C é possível

Ainda é tecnológico, econômico e cientificamente possível manter o aumento da temperatura global bem abaixo dos 2°C, mas nós estamos a uma ou duas décadas do fim dessas opções, com os recursos tecnológicos atualmente conhecidos e disponíveis.

As conseqüências de postergar o processo de redução das emissões são sérias. Se adiarmos as medidas de redução, nós vamos enfrentar uma emergência global grave a partir de 2020, que exigirá medidas muito mais drásticas e com graves conseqüências sócio-econômicas.

Países industrializados têm responsabilidade maior; países em desenvolvimento também devem agir,

Do ponto de vista moral, legal e prático, a contribuição inicial de redução de emissões deve partir dos países industrializados. É necessário que esses países reduzam suas emissões domésticas em pelo menos 30% em relação aos níveis de 1990 (o ano de referência para o Protocolo de Kyoto), com uma meta de redução de 80% até meados do século.

Já os países em desenvolvimento também devem assumir compromissos de limitação e/ou redução de emissões de gases de efeito estufa; metas para a redução do desmatamento; e incentivos para a adoção de energias limpas, renováveis e sustentáveis. No caso do Brasil, por exemplo, temos que zerar o desmatamento da Floresta Amazônica, que é a principal fonte de emissões do país, tornando o Brasil quarto maior emissor de gases de efeito estufa.

Ainda que as mudanças climáticas estejam no centro das atenções globais, com discussões em fóruns como ASEAN, APEC, G8 e o Encontro de Alto Nível das Nações Unidas, o sentido de urgência não prevalece nessas discussões. Também são insuficientes os preparativos rumo à crucial negociação das Nações Unidas sobre clima, a se realizar em Bali, na Indonésia, em dezembro. O que deve ser acordado nessa negociação é um **Mandato de Bali**, que estabeleça a ambição, o conteúdo, o processo e o cronograma para negociação do próximo estágio de ação internacional contra mudanças climáticas, a ser concluído em 2009.

O Mandato de Bali

Um Mandato de Bali forte é um primeiro passo crítico rumo à negociação de acordos fundamentais sobre o pico de emissões em 2015. Sem este passo, o mundo não pode confiar que a comunidade internacional esteja enfrentando a questão com seriedade.

Se nós queremos prevenir ou evitar mudanças climáticas perigosas, o Mandato de Bali tem que ser ambicioso. Ele deve estabelecer os parâmetros para negociações em 2008 e 2009, de modo a colocar o planeta o mais longe possível do aumento de 2° C na temperatura. Isso exige que os limites de emissões e ações a serem negociadas sob o Mandato de Bali consigam o seguinte:

- **Pico de emissões globais até 2015 e providências para corte das emissões globais pela metade até 2050, em comparação com os níveis de 1990;**
- **Compromisso dos países desenvolvidos, como um grupo, com redução de emissões de pelo menos 30% até 2020 (em relação a 1990) e com a virtual completa descarbonização (reduções de mais de 85%) até 2050.**

Estudos recentes têm revelado que a resposta do clima para o aumento dos gases de efeito estufa (GEE) pode ser mais dramática que a esperada inicialmente. Nós temos que agir ainda mais rápido e tomar medidas mais enérgicas se nós queremos evitar as perdas associadas a um aumento de 2°C na temperatura média do planeta. Isso significa que, agora, nós temos que estabilizar a concentração de GEEs na atmosfera a níveis abaixo de 400 ppm (partes por milhão) e então procurar reduzi-la o mais rápido possível.

De acordo com os princípios da responsabilidade histórica e da equidade, os países industrializados devem tomar a frente na redução substancial das emissões, ao mesmo

tempo em que deve ser encontrada uma forma de envolver rapidamente os países em desenvolvimento em esforços de redução em um futuro próximo.

- **Inclusão de mais países no regime de comércio de emissões do Protocolo de Kyoto, o que significa que os novos países industrializados, com alta renda per capita, como Coreia do Sul, Singapura e Arábia Saudita, devem participar do sistema de Kyoto e adotar metas obrigatórias de limite de emissões para o próximo período de compromissos, a partir de 2013.**

Para direcionar o mundo no caminho da redução global de 50% até 2050 é necessário que mais países assumam compromissos de obrigatoriedade de limite de emissões. A lista atual de países comprometidos não pode ser vista como definitiva. Existem alguns países que são pelo menos tão ricos quanto os da lista original e, por justiça, devem assumir metas obrigatórias depois de 2012.

- **Criação de novos mecanismos de mercado para incentivar que os países em rápido processo de industrialização, como China, Brasil, Índia e África do Sul, participem do sistema de comércio de emissões de Kyoto, através de compromissos de limitação e/ou redução de emissões de gases de efeito estufa por setor ou por outra forma de quantificação (por exemplo, setor elétrico ou florestal). No caso brasileiro, metas para a redução do desmatamento são de alta relevância, pois as florestas e mudanças no uso dos solos respondem por aproximadamente 75% de nossas emissões e são parte fundamental de nossa contribuição para a solução do problema climático.**

Esses mecanismos devem ser adaptados às diferentes realidades dos países de economias emergentes com recompensa para ações adicionais e não para aquelas que teriam sido normalmente realizadas. Esses países devem apoiar ativamente o desenvolvimento desses mecanismos e estar envolvidos em sua implementação.

- **Estruturar o segundo período de compromissos de Kyoto de forma a permitir que qualquer país em desenvolvimento que queira participar do sistema internacional de comércio, com compromissos nacionais de limitação quantitativa dos níveis de emissões, possa fazê-lo.**

Isso permitiria que um país em desenvolvimento se voluntariasse para negociar metas nacionais de redução de emissões passando a ser elegível para participar do sistema de comércio internacional de emissões.

- **Criação de um novo Mecanismo de Desenvolvimento de Tecnologias Limpas para mudança dos países em desenvolvimento para tecnologias renováveis, eficientes e limpas.**

Países em desenvolvimento precisam de assistência para buscar o desenvolvimento com baixa emissão de carbono. A disponibilização de recursos e tecnologia por parte dos países

industrializados é fundamental, assim como também o são a capacidade e a habilidade dos países em desenvolvimento para agir. São necessárias formas novas e efetivas de cooperação entre países ricos e países em desenvolvimento combinando financiamento e transferência de tecnologias limpas com metas e políticas públicas.

- **Criação de um Mecanismo de Redução de Desmatamento que forneça a escala e o financiamento necessários para reduzir drasticamente o desmatamento. As reduções por proteção de florestas devem ser *adicionais* aos cortes das emissões das nações industrializadas.**

As florestas tropicais contêm até 40% do carbono terrestre do mundo e desempenham um papel importante na mitigação da crescente instabilidade do clima. Por isso, o desmatamento é um componente fundamental da próxima fase do Protocolo de Kyoto. O financiamento para esse mecanismo deve estar relacionado aos compromissos de redução de emissões dos países desenvolvidos, e as reduções resultantes devem ser adicionais às suas metas de cortes de emissões por combustíveis fósseis. O mundo necessita redução significativa tanto das emissões por combustíveis fósseis quanto de desmatamento para manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C.

A contabilização da redução de emissões de desmatamento deve ser feita em nível nacional, e não projeto a projeto. Um projeto que reduz o desmatamento em uma área de um país poderia incentivar mais desmatamento em outras regiões desse país, ao passo que uma abordagem nacional contabilizaria todas as emissões de todos os projetos em todas as suas regiões.

Ações financiadas sob o **Mecanismo de Redução de Desmatamento** devem também proteger a biodiversidade e repartir benefícios com populações tradicionais e povos indígenas. Isso não pode se transformar em subsídio internacional para a indústria madeireira e para o agronegócio.

Os créditos de um **Mecanismo de Redução de Desmatamento** não podem ser livre e abertamente comercializados no mercado internacional de carbono para emissões industriais de gases de efeito estufa. Mercados como o MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo) contêm requisitos rígidos de governança, monitoramento e verificação, que muitos dos países em desenvolvimento com florestas tropicais terão grande dificuldade em atender. Além disso, poderia ser gerado um grande volume de créditos de baixo custo de carbono de desmatamento. Os países industrializados poderiam se aproveitar desse processo para adiar a realização de mudanças urgentes e necessárias no setor de energia.

- **Criação de um Mecanismo de Adaptação com financiamento sólido e confiável, ligado às necessidades reais, e atrelado a um grande esforço internacional para aumentar as ações de adaptação, que atualmente carecem totalmente de apoio.**

Os impactos das mudanças climáticas irão afetar de modo desproporcional as sociedades que têm contribuído menos para a causa do problema. Os países em desenvolvimento não dispõem dos recursos necessários como os países ricos para adaptar-se às mudanças climáticas. Eles são geralmente países dependentes da agricultura para subsistência e atividade econômica.

Os recursos atualmente disponíveis para contabilizar e evitar os impactos esperados não chegam nem próximo da escala necessária: no mínimo, US\$ 50 bilhões por ano. Um regime pós-2012 deve assegurar financiamento consistente e suficiente para arcar com os custos das adaptações e dos prejuízos dos países mais vulneráveis, e deve priorizar as comunidades mais vulneráveis e aquelas com menor capacidade de lidar com os impactos das mudanças climáticas.

- **Fechamento do acordo sobre este pacote de medidas até 2009, no máximo.**

Os mercados e negócios de carbono exigem um ambiente político favorável para a implementação de investimentos e tecnologias sustentáveis e de baixo impacto no clima. É necessário continuidade, para garantir e manter o compromisso com a redução de emissões e manter o preço do carbono alto e um mercado de carbono forte. Um hiato entre a primeira e a segunda fase de Kyoto poderia comprometer seriamente esse mercado, e ser desastroso para o preço do carbono.

Em suma, ainda há tempo, mas também está ficando muito tarde. O clima está mudando mais rápido do que imaginamos e os impactos estão vindo mais rápido do que prevíamos. Os custos da adaptação às mudanças inevitáveis na próxima década ou nas seguintes já estão assustadores. Cientistas e economistas estão soando um alarme que, se ignorado, trará grande perigo para nós todos.

Não há mais tempo para divergências. Em Bali, os governos devem concentrar sua discussão na elaboração do mandato para negociação do segundo período de compromissos do Protocolo de Kyoto.